

Sayad condiciona crescimento à solução da

NÉLIA MARQUEZ
Enviada Especial

SAN JOSÉ DA COSTA RICA — O Governo brasileiro só conseguirá ser bem sucedido num programa simultâneo de combate à inflação com o crescimento econômico depois de obter, em caráter definitivo, uma solução para o problema de sua dívida externa. Isto possibilitaria uma redução da excessiva transferência de recursos para o exterior, o que é fundamental para a consolidação do equilíbrio financeiro do setor público, para a retomada dos investimentos e a sustentação de um crescimento econômico a médio e longo prazos.

Esta, segundo o Ministro do Planejamento, João Sayad, será, em síntese, a tônica do pronunciamento que fará na terça-feira ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e representa-

tes dos principais bancos credores brasileiros.

Nesta reunião, que ocorrerá paralelamente à assembléia do BID, o Ministro João Sayad explicará detalhadamente o programa de estabilização da economia brasileira, em execução desde 28 de fevereiro. O objetivo principal deste plano, segundo Sayad, é reduzir a inflação, a partir de uma estratégia que se opõe à teoria econômica ortodoxa, ao reconhecer que a principal causa das altas taxas inflacionárias é um processo de realimentação (chamado de inflação inercial).

O plano armado pelo Governo então, segundo Sayad, determinou em primeiro lugar a eliminação das fontes primárias de inflação: foi também feita a reforma do sistema tributário, com a recomposição da carga tributária real. A conta movimento do Banco do Brasil (que permitia uma decisão autônoma de emitir

moeda, impedindo o controle e organização das finanças públicas) passou a ser controlada pelo Ministério da Fazenda. Decidiu-se também formar estoques de alimentos capazes de impedir problemas no abastecimento. Estes estoques resultarão numa importação de mais de US\$ 1 bilhão (Cz\$ 13,7 trilhões) de alimentos. O índice para o reajuste dos salários, correção monetária e cambial passou a ser o mesmo (o índice nacional de preços ao consumidor ampliado — IPCA). Foi ampliado o depósito compulsório sobre as cadernetas de poupança, permitindo ao Banco Central maiores recursos para a rolagem de sua dívida interna.

Além disso, o governo resolveu também adotar medidas de restrição ao crédito ao consumo.

Depois de adotar estas medidas, o governo pôde, no entender de Sayad, colocar o programa de estabilização em execução, a partir de quatro elementos bási-

cos: criação de uma nova moeda, congelamento temporário dos preços, eliminação da maior parte dos mecanismos de indexação e a conversão pela média dos salários e de outras rendas.

O programa, segundo o Ministro, não resolve os problemas mais graves da economia brasileira, como a má distribuição de renda e os altos níveis de pobreza. Tão logo a inflação seja debelada, Sayad disse que o Governo deverá empenhar-se na resolução de seus verdadeiros problemas e necessidades.

O Ministro considera que o Brasil se encontra numa posição sólida com relação ao seu Balanço de pagamentos. Conforme as suas estimativas, o Brasil deve ser capaz este ano de gerar um superávit em sua balança comercial de US\$ 12 a US\$ 13 bilhões, em função basicamente da redução dos preços do petróleo a nível internacional e da queda das cotações do dólar.

ECONOMIA • 39

dívida